

Pauta Específica

Herman recebe Sintunesp após reunião do CO e anuncia novo reajuste de 10% no vale alimentação

Sindicato considera índice inexpressivo e critica não cumprimento da promessa de retroatividade. Negociação sinaliza postura de descaso com os servidores da Universidade

Durante a última reunião do Conselho Universitário (CO) da Unesp de 2008, realizado em 17/12, os dirigentes do Sintunesp voltaram a cobrar da reitoria a realização de uma nova negociação da Pauta Específica. Os professores Herman Jacobus Cornelis Voorwald e Júlio Cezar Durigan, respectivamente reitor e vice-reitor eleitos, receberam o Sindicato logo após a reunião.

Em relação ao vale-alimentação, eles anunciaram a concessão de novo reajuste de 10% para o vale alimentação a partir de janeiro de 2009. Os representantes do Sintunesp consideraram muito baixo o índice e lembraram que a promessa feita pelo professor Macari era de retroagir a correção para setembro/2008. Herman alegou não haver possibilidade técnica para aplicar o novo reajuste retroativamente.

O Sindicato também cobrou insistentemente a correção do teto, lembrando que há um erro no valor atual, que deveria ser de R\$ 5.000,00, de acordo com a Portaria em vigor. Herman disse que os estudos feitos pela reitoria sobre essa reivindicação já estão prontos, mas que não é possível definir a situação no momento. O futuro reitor prefere aguardar os primeiros meses de seu mandato, para avaliar o comportamento da arrecadação do ICMS frente aos desdobramentos da crise econômica mundial. Segundo Herman, o assunto será definido numa nova reunião com o Sindicato, no início de abril de 2009.

Após três meses aguardando a negociação prometida pelo reitor Macari para outubro, o Sintunesp considera frustrantes os resultados da reunião com os professores Herman e Durigan.

Auxílio-creche de 200,00

Anteriormente, o valor havia sido reajustado de R\$ 35,00 para R\$ 100,00 e, agora, já está em R\$ 200,00. A reivindicação da Pauta é de R\$ 350,00. O benefício estende-se aos servidores que trabalhem em unidades que não contem com CCIs.

Precatórios

Herman reafirmou o que havia dito em campanha: a intenção é quitar toda a dívida dos precatórios até o final de seu mandato.

Plano de Carreira

Uma das reivindicações da Pauta Específica é a concessão de três referências na carreira para todos os servidores. Herman disse não concordar com o pedido.

Insalubridade e vale alimentação em casos de licença médica

Na última reunião realizada com o professor Macari, no dia 17 de setembro, o Sintunesp havia relatado as queixas que vem recebendo, de que a concessão do Adicional de Insalubridade estaria ocorrendo de forma arbitrária. Macari havia dito que se reuniria com o médico Ary Galasso, coordenador do PGSST da Unesp, para discutir os critérios que vêm sendo utilizados. Também seria avaliada com Galasso a reivindicação do Sintunesp de que seja revista a portaria em vigor e que alguns casos de afastamento por saúde e "nojo" voltem a receber o vale alimentação. Na reunião com o professor Herman, em 18/12, não houve retorno para estas questões.

Assuntos em estudo no CADE

Na reunião com o professor Macari, em setembro, uma série de reivindicações havia sido remetida para estudos no CADE. Entre elas, estão: revisão do pagamento das diárias, equiparando os valores dos níveis superior e médio; implantação da jornada de trabalho de 30 horas semanais aos servidores na área da saúde; que a meta avaliação seja definida nos órgãos colegiados; fim das contratações via fundações e empresas terceirizadas. Ainda não há retorno sobre estes estudos.

Vale Trans, Bolsa de Complemento Educacional... Confira o que já foi conquistado

Alguns dos pontos presentes na nossa Pauta Específica já foram conquistados pelo Sintunesp. É o caso do primeiro reajuste do vale alimentação (que passou de R\$ 158,40 para 250,00 em julho e, agora, para R\$ 275,00); a Bolsa de Complemento Educacional; reajuste do auxílio creche de R\$ 35,00 para R\$ 100,00 e, agora, para R\$ 200,00; a aplicação do Vale Trans Individual (recebimento do benefício pelos servidores que vão trabalhar em veículo próprio).

Em relação à Bolsa de Complemento Educacional, vale lembrar que o professor Macari havia aceito a reivindicação apenas durante a vigência de seu mandato. Segundo o futuro reitor, professor Herman, o benefício será mantido em seu mandato e, para isso, já conta com previsão orçamentária.

Outros pontos conquistados pelo Sintunesp e pelos representantes vinculados ao "Chapão" junto aos órgãos colegiados, embora não constantes na Pauta, foram:

- A extensão da licença-gestante de 180 dias para as funcionárias celetistas.
- Extensão do pagamento de revalorização das gratificações e representação (GR) a todos os funcionários (que têm direito), inclusive aos inativos e àqueles que incorporaram a gratificação ou décimos dela e que não se encontram no exercício da função.
- Pagamento de uma promoção (5%) para os servidores técnico-administrativos com nível de escolaridade acima do exigido para a sua função.

Entidades denunciaram demissão na USP e perseguição em Registro

Durante a reunião do CO, em 17/12, os representantes do Sintunesp, da Adunesp, do Sinteps e dos estudantes denunciaram dois fatos gravíssimos e que atentam contra o direito à livre organização sindical. O primeiro deles é a demissão de Claudionor Brandão, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp), comunicada pela reitoria daquela universidade no dia 9/12. A "acusação" contra Brandão refere-se à greve de 2005, quando houve uma ocupação nas dependências da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP. Na realidade, ele e outros ativistas do Sintusp vêm sofrendo, há anos, uma série de sindicâncias e processos administrativos, sempre a partir de greves e manifestações da categoria. Além de dirigente sindical – fato que lhe confere estabilidade, diga-se de passagem – Brandão é representante dos servidores no Conselho Universitário.

No campus da Unesp em Registro, um grupo de quatro professores está sofrendo um processo administrativo com motivações obscuras e sem qualquer sustentação. O "crime" destes docentes: em julho de 2007, enviaram um ofício assinado ao reitor Marcos Macari, pedindo que fosse cumprida naquela unidade a Portaria 461, até então única legislação existente para as unidades experimentais. Em vez de solução para a denúncia, foram "brindados" com uma sindicância, um processo administrativo e, inclusive, ameaças de morte via telefone e e-mail.

Os representantes deixaram claro que essas ações repressivas e intimidatórias contra a comunidade das universidades estaduais paulistas são características da ditadura militar para tentar destruir a organização sindical.

As denúncias foram encaminhadas formalmente, oralmente e por escrito, pedindo um posicionamento e providências urgentes por parte da reitoria da Unesp e do Cruesp.